

Sarney anuncia data de esforço concentrado antes da eleição

Senado terá dois períodos de votação de matérias: de 3 a 5 de agosto e de 31 de agosto a 2 de setembro

O presidente do Senado, José Sarney, convocou uma reunião dos líderes partidários para as 14h30 da primeira terça-feira de agosto para definir a pauta de votações. Entre as matérias que podem ser examinadas, estão a proposta de emenda à

Constituição que estende a licença-maternidade de 120 para 180 dias e a que trata do quadro de servidores civis e militares dos ex-territórios do Amapá e de Roraima. Sarney também ressaltou sua satisfação com as votações realizadas na semana passada. **3**

Ao lado de Mão Santa, José Sarney (D) preside a sessão do Senado e faz elogios à aprovação do projeto Ficha Limpa



Gerardo Magela/Senado Federal

Prorrogação da CPI do MST gera polêmica e é contestada

Requerimento de prorrogação é lido em Plenário, mas recurso de Eduardo Suplicy leva o assunto à CCJ. Ele alega que a medida depende de decisão do Congresso. Ontem, a reunião em que seria apreciado o relatório final foi cancelada por falta de quórum. **4**



Demostenes Torres, entre Romero Jucá (E) e Otacílio Cartaxo (cumprimentado por Eduardo Suplicy), preside a audiência da CCJ

José Cruz/Senado Federal

Secretário da Receita: vazamento foi interno

Otacílio Cartaxo relatou aos senadores que já sabe quando, onde e quem acessou dados fiscais de Eduardo Jorge e Guilherme Leal. Não foi invasão do sistema e não foi em Brasília, disse. **5**



Rosalba Ciarlini coordena debate que reuniu Cláudio Galvão, Luiz Santini, Francisco Neves e Rilder Paiva: doença atinge 10 mil jovens e crianças por ano

Cristina Gallo/Senado Federal

TV Senado volta a reprisar sessões do Plenário

A orientação partiu do presidente do Senado, José Sarney. Alvaro Dias, à tarde, havia pedido que decisão impedindo retransmissões fosse revista. **6**

Descoberta precoce de câncer infantil pode curar até 85%

Especialistas ouvidos ontem pela Comissão de Assuntos Sociais apontam que o sucesso no tratamento do câncer infanto-juvenil está ligado ao diagnóstico precoce e ao tratamento de qualida-

de. Primeira causa de morte por doença entre 5 e 19 anos, o câncer pode ser curado em até 85% dos casos. Há 30 anos, essa chance era de apenas 15%, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca). **8**

Pesquisa indica que imagem do Senado está melhor **2**

Levantamento do DataSenado mostra que 22% avaliam imagem da instituição como ótima ou boa, enquanto 46% a consideram regular

Pesquisas indicam melhora na imagem do Senado

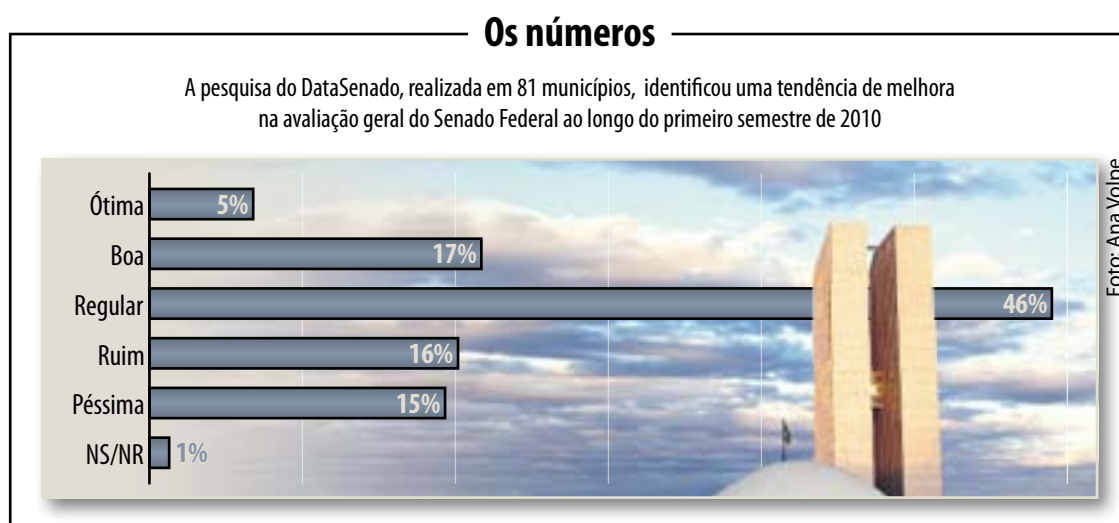
UMA TENDÊNCIA DE melhora na avaliação geral do Senado no primeiro semestre de 2010 foi identificada por pesquisa do DataSenado realizada, em maio, em 81 municípios de todas as regiões. Conforme o levantamento, 22% dos entrevistados avaliaram como "ótima ou boa" a imagem da instituição, enquanto 46% afirmaram ser "regular". Uma parcela correspondente a 31% dos 1.278 entrevistados considerou a imagem como "ruim ou péssima".

O DataSenado confirma tendência já constatada em outra pesquisa, do DataFolha, que adota metodologia diferente. Conforme o DataFolha, 44% dos entrevistados avaliavam como "ruim ou péssimo" o desempenho dos senadores e deputados

em agosto de 2009 – número que caiu para 33% em março de 2010.

Para 67% dos entrevistados pelo DataSenado, as imagens dos parlamentares e do Senado como Casa legislativa são a mesma coisa. No entanto, para quase um terço dos entrevistados, as imagens são distintas e, nesse grupo, 13% consideram a imagem da Casa como mais negativa do que a dos parlamentares, enquanto 18% entendem justamente o contrário.

Conforme a pesquisa, a avaliação negativa da imagem do Senado tende a crescer conforme a renda e o grau de instrução. Entre quem ganha de cinco a dez salários mínimos, por exemplo, 35% dão avaliação de "ruim ou péssima" – número que aumen-



ta para 70% na faixa com renda de mais de 20 mínimos.

Entre os que declararam escolaridade de nível médio, 31% deram nota "ruim ou péssima"

para a imagem do Senado. Essa percepção negativa sobe para 42% nos que declararam ter curso superior.

A pesquisa foi realizada por

telefone, entre pessoas com mais de 16 anos, no período de 4 a 14 de maio de 2010. Os resultados têm margem de erro de 3% para mais ou para menos.

Garibaldi faz balanço da CAE e se licencia do Senado

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) informou ontem que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a qual preside, aprovou no primeiro semestre 107 matérias, rejeitou 17, arquivou duas e considerou uma prejudicada. Garibaldi, que se licencia do mandato para se dedicar à campanha à reeleição ao Senado pelo Rio Grande do Norte, destacou entre as matérias aprovadas o projeto que cria o programa de revitalização de áreas atingidas pelas enchentes no período de 2008 a 2010.

Do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), a proposta (PLS 16/10) foi modificada durante a tramitação na CAE para incluir, entre os estados beneficiados pelos programas de revitalização, Alagoas e Pernambuco,

recentemente atingidos pelas enchentes.

Depois de observar que as propostas de apoio ao governo tendem a predominar em uma Casa como o Senado, Garibaldi disse que as matérias de iniciativa do Executivo, ou em seu benefício, representaram apenas 39% das que tramitaram na CAE.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse que o desempenho da CAE no primeiro semestre foi elogiável e destacou a conduta de Garibaldi, que, segundo afirmou, "facilitou imensamente a tramitação e a votação de vários projetos importantes".

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que a postura "que combina firmeza com busca do entendimento" sempre marcou a trajetória



Presidente da CAE informa que comissão aprovou 107 matérias

de Garibaldi. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lembrou que Garibaldi, quando foi presidente do Senado, adotou uma medida que o credenciou como grande homem público: a devolução de uma medida provisória que não preencheria os requisitos constitucionais de urgência e relevância.

Rosalba: CAS aprovou 71 projetos e fez 16 audiências

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), apresentou ontem em Plenário um resumo dos principais trabalhos realizados pela comissão no primeiro semestre deste ano. De acordo com a parlamentar, a CAS aprovou no período 71 projetos e 78 requerimentos, e realizou 16 audiências públicas.

Entre as matérias aprovadas pela comissão, ela destacou a obrigatoriedade do oferecimento de exame de DNA na rede hospitalar pública; a garantia de emprego aos que estão prestes a se aposentar; a permissão ao trabalhador desempregado de sacar seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS-Pasep; e a regulamentação do pagamento de gorjetas a garçons.

Rosalba Ciarlini listou ainda todos os temas abordados nas audiências públicas promovidas pela CAS, tais como a redução

da mortalidade materna; o avanço do consumo de crack no Brasil; a realização de perícias médicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); a pirataria na indústria de medicamentos; a destinação dos recursos do Fundo Social do pré-sal para a Previdência Social; a cultura cigana; e a melhoria das condições de trabalho para motoristas de transporte.

A senadora defendeu o aumento da destinação de recursos públicos para o Instituto de Neurociências de Natal. Reclamando do não acatamento de emendas que havia apresentado ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, as quais reservavam dotações para a entidade, Rosalba Ciarlini chamou atenção para a importância das pesquisas científicas feitas pelo instituto voltadas para a busca de tratamentos para doenças como o mal de Parkinson.



Rosalba Ciarlini pede mais recursos orçamentários para Instituto de Neurociências de Natal

Suplicy sugere mudança em atos administrativos

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu mudanças que considera importantes no Ato da Comissão Diretora 7/10 e no Ato da Primeira-Secretaria 15/10, que disciplinam horários e jornada de trabalho dos servidores do Senado. Ele entende que alguns artigos desses atos deveriam ser mais bem explicitados, notadamente aqueles que se referem a casos especiais.

Há duas disposições nesse Ato da Comissão Diretora 7/10 que chamaram muito minha atenção. A primeira é a instituição da jornada de trabalho de seis horas corridas, sem esclarecer o caráter e as situações excepcionais que dizem respeito a uma medida dessa natureza – assinalou.

Para Suplicy, não haveria como justificar a "alta remuneração" dos servidores do Senado com uma jornada de seis horas corridas. Implementada de forma genérica, essa jornada pode conduzir a uma distorção que somente se justificaria se o servidor recebesse remuneração proporcional às horas trabalhadas.

– As exceções, necessárias em alguns casos, que julgo podem estar contempladas na jornada de trabalho diferenciada, devem estar descritas em ato da Mesa diretora. Deixá-las ao alvedrio do diretor-geral, mediante proposta de cada chefe de setor, pode repetir erros conhecidos por todos nós.

Outra sugestão do senador refere-se ao artigo que cria a "jornada por tarefa" e concede ao diretor-geral a prerrogativa de aprovar planos de gestão dos órgãos interessados em estabelecer jornada por resultados. Para Suplicy, esse artigo concede "um excessivo poder" ao diretor-geral, possibilitando "inconcebíveis desvirtuamentos" da jornada.

Como exemplo, ele citou o caso de um servidor que, em horário normal de expediente, esteja ministrando aulas em cursos preparatórios ou em faculdades, enquanto outro, no mesmo setor de trabalho, com o mesmo salário, esteja na sua estação de trabalho por mais de dez horas.

– Tenho defendido na Sub-

comissão de Reestruturação Administrativa que o diretor-geral deve ser apenas o executor das decisões tomadas pelo Conselho de Administração, que é um órgão colegiado. Será que, novamente, vamos incorrer nos mesmos erros do passado? Não vamos aprender com nossas próprias falhas?

Suplicy também sugeriu que sejam definidos claramente quais são os servidores que deverão cumprir a jornada de trabalho de seis horas corridas e quais são as suas atividades. Ele ainda quer que esses servidores não recebam remuneração integral.

O senador também se posicionou contrário à dispensa do registro do ponto concedido a alguns funcionários. Segundo Suplicy, o registro de frequência dos servidores do Senado "é uma conquista da sociedade" e não pode haver exceção. Ele sugeriu que sejam definidas quais são as situações excepcionais e realmente necessárias para autorizar a realização de serviço extraordinário e de serviço noturno.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Comunicados e pronunciamentos

14h Na sessão de hoje, dedicada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos, não haverá votação de matérias. Entre os senadores inscritos, Eduardo Suplicy (PT-SP).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

No período pré-eleitoral o Senado deverá realizar sessões deliberativas concentradas no início de agosto e setembro. Pauta será definida pelos líderes

Sarney anuncia datas das próximas votações

Gerado/Vagela/Senado Federal



O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, anunciou ontem em Plenário a realização de dois períodos de esforço concentrado de votações antes das eleições de outubro. O primeiro será de 3 a 5 de agosto e o segundo, nos dias 31 de agosto e 1º e 2 de setembro. Ele também convocou uma reunião dos líderes partidários para as 14h30 da primeira terça-feira de agosto para definir a pauta de votações.

Entre as proposições que podem entrar na pauta estão, por exemplo, a proposta de emenda à Constituição (PEC 64/07) que estende a licença-maternidade

de 120 para 180 dias; e a PEC 17/10, que trata do quadro de servidores civis e militares dos ex-territórios do Amapá e de Roraima. Essas propostas não tiveram sua análise concluída na última sessão deliberativa, em 7 de julho.

Votações

Sarney ressaltou sua satisfação com o trabalho realizado pelo Senado na semana passada, quando foram votadas matérias importantes, em sua avaliação. Ele mencionou os projetos que tratam do marco regulatório do pré-sal; medidas para conter a

violência, como a alteração do Estatuto do Torcedor; e proposições ligadas à área social, como a PEC que facilita o divórcio (28/09) e a PEC da Juventude (42/08), que incentivará a criação de políticas públicas em prol dessa parcela da população.

O presidente do Senado também celebrou a aprovação do projeto Ficha Limpa, por impedir a candidatura, já nas eleições deste ano, de pessoas condenadas por um colegiado.

– Na área política, foi uma lei extremamente importante que tivemos oportunidade de votar – declarou.

José Sarney aponta o projeto Ficha Limpa entre as matérias mais importantes aprovadas neste semestre

Quatro MPs trancam a pauta depois do recesso

Os senadores devem votar, no início de agosto, quatro medidas provisórias (MPs) que já trancam a pauta da primeira sessão deliberativa depois do recesso, marcada para terça-feira, dia 3. Três delas têm prazo de votação até o dia 9 de agosto e uma delas – a MP 483/10, transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/10 e primeiro item da lista – precisa ser votada até o dia 4.

Esse projeto de lei de conversão transforma em ministérios quatro secretarias vinculadas à Presidência da República e cria cargos de natureza especial e em comissão, conhecidos como DAS (Direção e Assessoramento Superiores). Assim, passam a ser ministros de Estado os titulares dos seguintes cargos: secretário especial dos Direitos Humanos, secretário especial de Política para as Mulheres,

secretário especial de Portos, e secretário de Promoção da Igualdade Racial. O secretário de Promoção da Igualdade Racial já tinha, na prática, status de ministro.

A medida provisória também transforma, sem aumento de despesas, três cargos DAS e 480 funções comissionadas técnicas (FCTs) em quatro cargos de natureza especial e 69 DAS.

Haiti e vítimas de enchentes recebem R\$ 1,4 bilhão

A quarta medida provisória na pauta (MP 486/10) destina R\$ 1,4 bilhão para vítimas de enchentes, para vacinação e também para recuperação do Haiti. A maior parcela, de R\$ 530 milhões, foi para o Ministério da Integração Nacional, a fim de atender as populações vítimas de desastres naturais ocasionados por fortes chuvas e inundações em municípios do Sudeste, bem como para estados atingidos pela estiagem da região Nordeste no começo do ano.

O Ministério da Saúde foi o que recebeu a segunda maior parcela dos recursos, no valor de R\$ 450 milhões, destinados ao Fundo Nacional de Saúde. Esses recursos serviram para ampliar a vacinação contra a gripe suína (H1N1) para adultos jovens de 30 a 39 anos, bem como para despesas com logística, aquisição de material e o início da estratégia de vacinação contra a meningite meningocócica do tipo C.

As demais parcelas dos recursos foram distribuídas da seguinte forma: Ministério da Defesa (R\$ 337 milhões); Ministério das Relações Exteriores (R\$ 95 milhões); Ministério da Cultura (R\$ 10 milhões); e Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (R\$ 7,4 milhões).

Os recursos destinados ao Ministério da Defesa foram aplicados no preparo de equipes enviadas ao Haiti, já que o Decreto Legislativo 75/10 autorizou o aumento do efetivo em mais 1.300 militares naquele país. Segundo o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, esse novo contingente de militares precisou de melhores condições para atuar no Haiti, devido à deterioração da situação social do país, agravada pelo terremoto ocorrido em janeiro deste ano.

Também foram aplicados na recuperação do Haiti os recursos destinados ao Ministério das Relações Exteriores. Segundo o Executivo, esses recursos permitem ao governo brasileiro ampliar sua participação na execução de projetos para a reconstrução do Haiti, mediante concessão de apoio financeiro para repasse a instituições internacionais de caráter humanitário.

No Ministério da Cultura, os recursos foram destinados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com vistas à recuperação do patrimônio histórico da cidade de São Luís do Paraitinga (SP), atingida por fortes chuvas e enchentes no início do ano.

A Secretaria Especial de Portos utilizará os recursos a ela destinados para a execução de obras no Porto de Santo Antônio, em Fernando de Noronha, relativas à recuperação do píer flutuante naquela região, bem como em obras de dragagem de aprofundamento na bacia de manobras das embarcações.

Parte dos recursos da MP 486/10 decorre do cancelamento de dotações orçamentárias de R\$ 300 mil, previstas para a Câmara dos Deputados, que as dispensou.

Maior parcela, de R\$ 530 milhões, foi para o Ministério da Integração Regional

MP transfere R\$ 800 milhões para compensar estados

A Medida Provisória 484/10 – segundo item da pauta do Plenário – regulamenta a transferência de recursos da União aos estados e ao Distrito Federal, a título de apoio financeiro, no valor de R\$ 800 milhões.

Também transfere outros R\$ 800 milhões aos estados do Norte e do Nordeste, no âmbito do Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio, criado pela própria MP. O

programa funcionará no âmbito do Ministério da Educação para prestar assistência financeira ao ensino médio estadual.

Já os demais R\$ 800 milhões de recursos da União devem ser repassados este ano por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para sanar dificuldades emergenciais dos entes federados, já que ocorreu queda de arrecadação do fundo provocada por benefícios fiscais

federais criados para fazer frente à crise financeira internacional.

A liberação desses recursos está prevista em outra medida provisória, que consta como terceiro item da pauta: a MP 485/10, que abriu crédito extraordinário, no valor global de R\$ 1,6 bilhão, em favor do Ministério da Educação, bem como, por meio das transferências constitucionais, aos estados, municípios e Distrito Federal.



Prefeitura de Apuiarés

Alunos da Escola Estadual Juvenal Galeno, em Apuiarés, Ceará: medida provisória cria Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio



Deputado Onyx Lorenzoni encabeça requerimento de parlamentares



Senador Almeida Lima preside a comissão mista de inquérito

Prorrogação da CPI do MST gera polêmica em Plenário

Estão encerrados os trabalhos da comissão parlamentar mista de inquérito criada para investigar denúncias de irregularidades em convênios e contratos firmados entre a União e entidades ligadas à reforma agrária – a CPI do MST.

Essa é a avaliação do relator da comissão, deputado Jilmar Tatto (PT-SP). Porém, no entendimento do vice-presidente da CPI, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), se até a meia-noite de ontem não fossem retiradas as assinaturas de um requerimento lido na sessão do Senado prorrogando os trabalhos da comissão, ela estaria automaticamente prorrogada.

No início da sessão de ontem do Senado, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) solicitou a leitura do requerimento assinado por 176 deputados e 37 senadores pedindo a prorrogação dos trabalhos da CPI do MST por mais 180 dias. Presidindo a sessão, Mão Santa (PSC-PI) leu e deferiu a proposta. Em nome da liderança do PT, o senador Eduardo Suplicy (SP) recorreu da decisão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Enquanto no Plenário do Senado Mão Santa e Eduardo Suplicy debatiam sobre a legalidade ou não da prorrogação automática dos traba-

lhos da CPI, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, Almeida Lima (PMDB-SE), presidente da comissão, aguardava completar o quórum necessário para o início da reunião marcada para discutir e posteriormente deliberar sobre o parecer final apresentado na sessão anterior pelo relator, Jilmar Tatto.

– Aguardei os 30 minutos regulamentares e depois dei uma tolerância de mais 15 minutos. Como não houve o número legal, nem abri a sessão. O encerramento dos trabalhos da CPI está previsto para o dia 17. Do ponto de vista regimental, é possível convocar uma reunião até lá, mas dificilmente haveria quórum – afirmou Almeida Lima após desistir de aguardar o quórum mínimo para o início da reunião.

O senador disse que não foi comunicado oficialmente do requerimento propondo a prorrogação da CPI, mas foi informado do assunto por Onyx Lorenzoni. Almeida Lima não quis se posicionar sobre a necessidade de os trabalhos da comissão serem prorrogados.

Porém, avaliou que, se isso não ocorrer, será preciso analisar o que será feito para a comissão não encerrar suas atividades sem um relatório final aprovado.

Mão Santa acolhe pedido e Eduardo Suplicy recorre à CCJ

Na presidência da sessão do Senado no início da tarde de ontem, o senador Mão Santa (PSC-PI) leu e considerou deferido requerimento encabeçado pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) pedindo prorrogação, por 180 dias, da CPMI do MST, que investiga denúncias de irregularidades e desvios de dinheiro repassado pelo governo federal a organizações ligadas à reforma agrária.

Eduardo Suplicy sustentou que CPIs mistas só podem ser criadas, conforme o regimento, em sessões do Congresso Nacional, que reúne ao mesmo tempo deputados e senadores. Para ele, subentende-se que a prorrogação de tais CPIs mistas também deve ser motivo de deliberação do Congresso, e não do Senado e

da Câmara, separadamente.

Ante a decisão de Mão Santa de considerar deferido o requerimento, Eduardo Suplicy pediu então que a CCJ do Senado se manifeste sobre qual deve ser o trâmite para essa prorrogação. Mão Santa disse que concordava com o pedido de recurso e, a seguir, leu a íntegra do requerimento.

Em seu pedido, Onyx Lorenzoni sustenta que a CPMI ainda não deliberou sobre dezenas de requerimentos para investigações e quebra de sigilo bancário de organizações que, “burlando a lei”, receberam dinheiro federal e repassaram ao MST. Ponderou também que documentos importantes que chegaram à CPMI ainda não foram examinados de forma minuciosa.

Comissão de Justiça confirmou, em turno suplementar, aprovação de projeto que dá preferência no julgamento dos processos. Proposta pode ir diretamente para a Câmara

Pessoa com deficiência pode ganhar prioridade judicial

A DECISÃO DE dar prioridade na tramitação de processos judiciais para pessoas com deficiência física ou mental foi confirmada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto de lei do senador Augusto Botelho (PT-RR), aprovado em turno suplementar, havia passado por uma primeira votação no colegiado no dia 7.

Como a aprovação pela CCJ se deu em caráter terminativo, a proposta pode seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação pelo Plenário do Senado.

O projeto (PLS 58/05) também altera dispositivos do Código de Processo Civil (CPC) para ajustá-lo ao Estatuto do Idoso, que assegura a preferência nos procedimentos judiciais aos cidadãos com mais de 60 anos que figurem como parte ou interveniente no processo. No

CPC, ainda consta a idade limite de 65 anos.

As pessoas com deficiência terão de comprovar a conexão da ação judicial com sua incapacidade para se beneficiarem do atendimento preferencial. No texto do relator, senador Neuto De Conto (PMDB-SC), substitutivo ao projeto original, ficou expressa a referência à “deficiência física ou mental”. O parlamentar acrescentou ainda dois artigos ao projeto de lei para detalhar a forma de obtenção do benefício e a garantia de sua extensão ao cônjuge ou companheiro com mais de 60 anos.

– Com efeito, numa época em que se mostram recorrentes temas como cidadania, direitos do cidadão e direitos humanos, não nos podemos furtar a discutir, continuamente, medidas destinadas à melhoria das condições de vida dos portadores de deficiência, física ou mental,



Neuto De Conto, relator: ação legislativa salutar e imprescindível

contexto no qual a ação legislativa do Estado se revela não apenas salutar, mas imprescindível – comenta Neuto De Conto no relatório.



Forças Armadas ocupam o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, para garantir a segurança nas últimas eleições municipais

Aprovado programa de melhoria habitacional

O Poder Executivo poderá executar obras de recuperação, adequação, conclusão, reforço estrutural e melhoria de moradias localizadas em áreas urbanas de risco. É o que prevê projeto de lei (PLS 541/07) aprovado ontem pela CCJ e que segue agora para análise das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Sociais (CAS), nesta última em decisão terminativa.

A proposta autoriza o governo a instituir o Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco, que terá como foco favelas localizadas em áreas com alto índice de criminalidade. Além de melhorar as moradias, o programa deverá incluir ações de qualificação e utilização de mão de obra local. O financiamento do programa será feito pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e por outras dotações definidas no Orçamento da União.

Para o autor, Marcelo Crivella (PRB-RJ), é nas periferias enfaveladas que predominam os altos índices de criminalidade, “numa brutal realidade de violência e mortes”.

O projeto original coloca o programa a cargo do Comando do Exército. No entanto, o relator, César Borges (PR-BA), retirou a participação da insti-

tuição, alegando que, constitucionalmente, o Exército não pode “coordenar” um programa habitacional, mas apenas “cooperar” com os órgãos competentes para tal.

– Além disso, a capacidade da instituição é flagrantemente insuficiente diante das dimensões do problema em escala nacional – afirmou César Borges.



Marcelo Crivella queria Comando do Exército na coordenação do programa



César Borges, relator, avalia que o Exército pode apenas cooperar

Demostenes: CCJ já examinou 473 matérias este ano

O presidente da Comissão de Constituição e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (DEM-GO), aproveitou a última reunião antes do recesso parlamentar para fazer um balanço das propostas examinadas pela comissão no primeiro semestre de 2010. O saldo foi de 473 matérias apreciadas, algumas de grande interesse da sociedade, como o Estatuto da Igualdade Racial (substitutivo do PLS 213/03) e a PEC do Divórcio (PEC 28/09).

Demostenes destacou outros projetos "de igual relevância e importância" aprovados pela CCJ nesse semestre. Alguns deles, inclusive, já se transformaram em lei, como o Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10); o que concede auxílio especial aos dependentes de militares brasileiros falecidos no terremoto do Haiti (Lei 12.257/10); e o que regula a contratação de serviços de publicidade prestados à administração pública (Lei 12.232/10).

Outras propostas aprovadas ainda aguardam a sanção do presidente da República, como o PLS 95/07, que acrescenta ao Código de Processo Civil (CPC) a conversão consensual da separação em divórcio por via administrativa; o PLS 267/09, que altera o Código de Processo Civil e o Código Civil para assegurar a ampliação dos direitos dos companheiros na união estável; e o PLC 20/10, que define e pune a síndrome da alienação parental – quando o pai ou a mãe tentam prejudicar a relação dos filhos com o outro genitor.

A CCJ deve voltar a se reunir no dia 4 de agosto, após o fim do recesso parlamentar. Ciente das dificuldades para realizar votações em período eleitoral, Demostenes pretende, pelo menos, votar as matérias em pauta que sejam consensuais.

Aplauso

Demostenes Torres apresentou parecer pela aprovação de quatro requerimentos de voto de aplauso. O quinto requerimento votado, de José Nery (PSOL-PA), teve parecer contrário. A proposta elogiava o atendimento prestado pelos servidores do CIR-Papuda (Centro de Internamento e Reeducação da Penitenciária da Papuda, em Brasília) ao refugiado político italiano Cesare Battisti.

– É uma vergonha que Cesare Battisti ainda esteja aqui no país – afirmou Demostenes.

Otacílio Cartaxo apontou também que acesso a dados sigilosos foi feito fora de Brasília e que já tem dia, hora, máquina e nomes dos responsáveis. É ilusão achar que qualquer analista da Receita possa bisbilhotar a vida dos cidadãos, disse



Otacílio Cartaxo, secretário da Receita Federal, esteve na Comissão de Constituição e Justiça para explicar vazamento de dados fiscais sigilosos de Eduardo Jorge Caldas Pereira (foto à esq.), vice-presidente do PSDB

Secretário da Receita descarta "invasão externa" e garante segurança do sistema

O SECRETÁRIO DA Receita Federal, Otacílio Dantas Cartaxo, afirmou ontem, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que investigações preliminares descartaram a possibilidade de "invasão externa" ao banco de dados da instituição. Segundo ele, as apurações apontam para cinco ou seis servidores como possíveis responsáveis pela quebra de sigilo fiscal do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira, e de Guilherme Leal, candidato a vice-presidente da República na chapa de Marina Silva (PV).

Cartaxo informou que a corregedoria-geral da instituição investiga o caso e que o processo administrativo disciplinar está em curso para apurar responsabilidades. Os eventuais indícios de crime, afirmou, serão encaminhados ao Ministério Público Federal.

– A Receita Federal, como or-

ganização de Estado, legalista e transparente em suas relações com seus contribuintes, não compactua com más práticas. Tem combatido, usando instrumentos constitucionais e legais que estão a seu alcance, visando eliminar comportamentos contraventores, ilícitos, que chegam à órbita criminal. Nesse caso concreto, a Receita Federal, na pessoa de seu secretário, se compromete a apurar o fato com rigor, como está apurando, e com obediência ao devido processo legal – disse.

Ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que requereu a audiência pública, o secretário afirmou saber o dia, a hora e a máquina, bem como o nome dos servidores que acessaram as informações objeto do vazamento. No entanto, não pode informar nomes antes da conclusão das investigações.

Alvaro Dias exigiu que o secre-

tário determinasse a apuração e a punição dos responsáveis pela quebra de sigilo das informações, que foram publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*.

– Trata-se de algo que diz respeito não apenas à violação e à afronta aos direitos individuais de um cidadão, mas à afronta ao Estado democrático de direito. O documento saiu da Receita, a responsabilidade é da Receita, alguém lá cometeu esse crime. Estamos nos acostumando a uma prática no atual governo que admite a existência do crime, mas não a do criminoso – disse Alvaro Dias.

Fora de Brasília

O acesso aos dados fiscais não se deu em Brasília, informou Cartaxo ao senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

O secretário da Receita Federal

também garantiu a segurança dos sistemas informatizados que preservam os dados de cidadãos e empresas. O acesso às informações, explicou, é permitido apenas a servidores previamente qualificados, por meio de senha ou certificação digital, e em razão da tarefa desempenhada. Todos os acessos são monitorados e as senhas, periodicamente alteradas. Todas as entradas e saídas de dados no sistema da Receita são criptografadas e o sistema está em conformidade com medidas de segurança e normas nacionais e internacionais.

– É ilusão pensar que qualquer analista da Receita possa acessar e bisbilhotar declaração de contribuinte – disse, mencionando que a legislação prevê advertência e pena de suspensão de até 90 dias; e em caso de quebra de sigilo, demissão do culpado.



Eduardo Suplicy (E) e Jarbas Vasconcelos participam da audiência sobre quebra ilegal de sigilo. Heráclito Fortes e Alvaro Dias pedem que responsáveis não fiquem impunes



Senadores veem risco de aparelhamento e cobram punições

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) registrou, durante audiência com o secretário da Receita Federal, serem poucos os desvios de conduta dos servidores do órgão. Porém, aconselhou cuidado para evitar possível "aparelhamento" da instituição. Disse que o secretário Otacílio Cartaxo,

"pessoa decente que fez carreira correta", não pode permitir que a Receita sirva a interesses do governo.

Também Heráclito Fortes (DEM-PI) disse estar preocupado com a impunidade de quem viola informações sigilosas. As violações, disse, são de natureza ideológica,

com contribuintes "pinçados".

– Não é possível que, por coincidência, quando o presidente da Natura [Guilherme Leal] se coloca como vice-presidente na chapa de Marina [Silva], tenha seu sigilo violado. E também o do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira – disse o senador.

Para o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), a audiência tem conotação política e não aconteceria se o país não estivesse em campanha eleitoral. Já o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou que audiências se justificam sempre que houver irregularidades.

Senadores se solidarizaram com o representante do Acre, que é acusado de fazer propaganda eleitoral antecipada usando a tribuna do Plenário: pela Constituição, parlamentares são invioláveis por suas opiniões

Representação contra Mesquita Júnior é condenada por senadores

“LEI FALCÃO MODERNA”, “censura”, “inconstitucional”. Essas foram algumas das expressões usadas por senadores na tarde de ontem, ao condenar, em Plenário, a representação que o Ministério Público Eleitoral protocolou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) por suposta propaganda eleitoral antecipada contida em discurso que pronunciou no dia 9 de abril.

Os protestos começaram com o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que lembrou que a Constituição considera os senadores invioláveis, civil e penalmente, por suas opiniões, palavras e votos (artigo 53).

– Poderia alguém representar contra o senador Geraldo Mesquita porque, desta tribuna, ele defendeu teses, abordou temas, fez críticas e insinuou caminhos que entendo ser os mais adequados que devam ser percorridos pelo povo brasileiro? – questionou.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) sustentou que se trata de “uma absurda



Mesquita Júnior avisa que pretende recorrer ao Supremo se for condenado

tentativa de calar” o senador do Acre, ponderando que a Constituição garante que as palavras dos parlamentares “não podem ser censuradas”. Disse que não deixará de criticar o programa da candidata da coligação adversária Dilma Rousseff.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) observou que a Constituição garante a imunidade aos deputados e senado-

res para discursar “até quando há decretação de estado de sítio”. Já Mão Santa (PSC-PI) lembrou a resistência de Teotônio Vilela à ditadura e sua frase de que os parlamentares só têm a palavra para se defender.

Geraldo Mesquita Júnior alertou que, se o TSE aceitar a representação contra ele, os parlamentares passariam então a “submeter antecipadamente seus discursos” ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário. “Ou seja, instalar-se-á a censura clara e cabal” no Parlamento. Disse que contratou advogado e pretende, se a representação for aceita, recorrer ao Supremo Tribunal Federal, pois se trata de uma questão constitucional. No entanto, entende que, se ele for condenado, “adeus independência e autonomia do Congresso Nacional”.



Foto: G. Scabdo/Agência Senado/DF

Marco Maciel: Estatuto da Criança e do Adolescente tornou-se referência para o mundo

Maciel diz que ECA fortaleceu combate ao trabalho infantil

A propósito dos 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), comemorados na terça-feira, Marco Maciel (DEM-PE) afirmou ontem que essa legislação deu instrumentos à Justiça para tornar mais eficiente o combate ao trabalho infantil no país. Observou que, após a aprovação do ECA, cresceu a mobilização da sociedade contra esse trabalho, levando a uma queda sensível no número de trabalhadores infanto-juvenis.

Maciel disse que o estatuto brasileiro tornou-se referência para o mundo e que pelo menos 15 países da América Latina aprovaram legislações inspiradas no ECA. Afirmou ainda que foi graças ao estatuto que o Ministério Público pôde exigir dos governantes a abertura de vagas nas escolas para todas as crianças.

TV Senado volta a transmitir reprises dos discursos de Plenário



Alvaro Dias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) foi o primeiro a protestar ontem em Plenário contra a decisão da Presidência do Senado de suspender as reprises noturnas das sessões de discursos realizadas à tarde na Casa.

Para ele, a Constituição considera os senadores invioláveis, civil e penalmente, por suas opiniões, palavras e votos (artigo 53).

A decisão fora tomada depois que parecer da Advocacia do Senado opinou que

as sessões ao vivo poderiam ser transmitidas pela TV Senado sem ferir a lei eleitoral.

No início da noite, porém, nova determinação do presidente do Senado, José Sarney, autorizou a TV Senado a exibir as reprises.

– Por que obedecer a esta tentativa de se impor silêncio noturno aos senadores da República? Durante o dia podemos falar. À noite, não podemos. É estranho – afirmou.

Alvaro Dias perguntou se as emissoras abertas de televisão que fizerem debates com os candidatos à Presidência da República também ficariam impedidas de retransmitir os debates mais tarde ou em outro dia.

– Não podemos afrontar a nossa própria independência com atitudes de submissão. A bem da verdade, na resposta à consulta não há nenhuma imposição em relação a não se reprisar as sessões do Senado – opinou.

Mão Santa apoia Alvaro Dias e comemora decisão de Sarney

O senador Mão Santa (PSC-PI) apoiou discurso do colega Alvaro Dias (PSDB-PR), que reclamou ontem em Plenário sobre decisão do presidente José Sarney de não reprisar as sessões do Senado à noite, baseado em pareceres da Advocacia-Geral do Senado. O senador também criticou o Ministério Público Eleitoral por ter oferecido representação contra Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), acusado de propaganda eleitoral antecipada devido a um discurso em que fez referência ao candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra. Em 9 de abril, Mesquita Júnior afirmou que Serra era “mais competente” que a candidata do PT, Dilma Rousseff.

Mão Santa criticou a decisão do Ministério Público Eleitoral, que considerou o discurso de Mesquita Júnior propaganda antecipada. Diversos pronunciamentos, salientou, “tecem louvores” à candidata Dilma Rousseff. Para Mão Santa, mencionar as ilicitudes cometidas por membros da base governista é “crime eleitoral”.

Durante o pronunciamento de Mão Santa, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) anunciou que o presidente José Sarney havia determinado a retomada das reprises das sessões. E comemorou: “Voltamos a ter plena liberdade em nossos pronunciamentos”.

Mão Santa defendeu a isonomia entre os Poderes da República. O senador considera que, no sistema capitalista, há uma tendência de o Executivo sobrepor-se aos demais Poderes. Para respaldar seu argumento em defesa da imunidade parlamentar, ele citou o artigo 53 da Constituição, segundo o qual “deputados e senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e atos”. O Judiciário e o Executivo não podem “querer desmoralizar” o Senado, disse. Conforme Mão Santa, o fortalecimento da democracia se dá pelo sistema de contrapoderes.



Senadora faz primeiro discurso após assumir mandato, substituindo Raimundo Colombo

Niura Demarchi anuncia defesa da educação e pede recursos para obras

A senadora Niura Demarchi (PSDB-SC), suplente do senador licenciado Raimundo Colombo (DEM-SC), agradeceu sua indicação pelo líder José Agripino (DEM-RN) para integrar as comissões de Educação (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), onde pretende atuar em defesa da educação como “pilar da sociedade e formadora de valores de cidadania”.

Em seu primeiro discurso como senadora, Niura Demarchi cobrou recursos para duplicação da BR-280, aguardados, conforme disse, há mais de uma década. Solicitou a mesma medida para a BR-270 e para a BR-101, que liga Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, e também melhorias em portos e aeroportos. Mencionou ainda a necessidade de recursos para reorganização da Defesa Civil no estado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Antonio Carlos Júnior • Acir Gurgacz • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Mozarildo denuncia contratação ilegal para campanha em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou ontem o governo do estado de Roraima por contratar mão de obra, por meio de uma empresa de terceirização que já presta serviços ao governo, para trabalhar exclusivamente na campanha eleitoral. O senador solicitou ao Ministério Público e aos tribunais de contas do estado e da União que apurem essa denúncia.

Mozarildo voltou a afirmar que não há impedimento legal para o uso da tribuna do Senado Federal, durante o período eleitoral, para o debate sobre as próximas eleições. Ele parabenizou o presidente da Casa, José Sarney, pela decisão de determinar o retorno da reprise noturna das sessões plenárias pela TV Senado.

Na opinião do se-

nador, não é o que ele vier a abordar da tribuna que pode prejudicar a campanha de um governador de estado à reeleição, mas sim as próprias ações do candidato, que estejam causando insatisfação nas áreas de saúde, segurança e educação.

Mozarildo disse que a lei eleitoral não pode "blindar" um candidato à reeleição ao governo estadual que estiver cometendo crimes. Ele salientou que calar diante disso seria "conivência com o criminoso".



Mozarildo afirma que trabalhadores terceirizados foram contratados para campanha de governador

Heráclito lamenta posição do PI em ranking de transparência

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) lamentou ontem que o Portal da Transparência mantido pelo governo do estado do Piauí tenha sido classificado em 25º lugar no primeiro ranking Índice de Transparência, elaborado pela Associação Contas Abertas. A avaliação leva em conta conteúdo, usabilidade e série histórica/atualização do site de prestação de contas.

O parlamentar informou que o portal administrado pela Controladoria-Geral da União (CGU), do governo federal, lidera com 7,56 pontos a classificação geral; o estado de São Paulo encabeça a categoria estadual, com 6,96 pontos, seguido por Pernambuco, com 6,81 pontos.

– Para tristeza nossa e dos piauienses, o Piauí está em último lugar, 25º, do ranking.

Segundo Heráclito, o Índice de Transparência mostrou o que ele vem denunciando ao longo de sete anos sobre o governo do Piauí: "É um governo sem nenhuma transparência,

sem nenhum escrúpulo". Ele considerou vergonhosa a posição do Piauí no ranking, ressaltando que o governo "gastou fortunas em reforma administrativa".

O senador afirmou ainda que o ex-governador do Piauí Wellington Dias foi condenado em duas instâncias, pelo tribunal de contas do estado e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por mau uso de recursos públicos. Conforme Heráclito, o Piauí está quebrado e o governo continua a lançar novas obras e a assinar convênios e a fazer aditivos para criar dificuldades para prefeitos no futuro.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse, em aparte, que a corrupção é grande nos governos estaduais do Piauí e de Roraima, porque os órgãos que deveriam fiscalizar estão sendo cerceados. Ele afirmou que tem chamado a atenção do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado de Roraima para o problema.

César Borges reclama política regional contra pobreza

Ao comentar estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que aponta redução da pobreza no Brasil entre 1995 e 2008, César Borges (PR-BA) alertou para a necessidade de uma política de desenvolvimento específica para as regiões Norte e Nordeste. O senador assinalou que a diminuição geral nos índices de pobreza absoluta e extrema não foi uniforme. No Norte e no Nordeste, a redução da

pobreza ficou abaixo da queda verificada no Sul, onde o índice de pobreza absoluta caiu 47%, contra 15% e 29%.

– O Nordeste continua liderando, de forma negativa, as maiores taxas de pobreza absoluta e extrema no país. Isso não mudou. E mais, entre as dez maiores taxas de pobreza absoluta e extrema, infelizmente, lamentavelmente, os nove estados da região Nordeste estão incluídos.

Roberto Cavalcanti volta a apelar ao presidente da República pela regulamentação das atividades das operadoras, submetendo-as ao controle do Banco Central

Cavalcanti pede a Lula regras para cartões de crédito

EM TEMPOS DE economia com inflação próxima a zero, os juros e tarifas cobrados pelas operadoras de cartão de crédito são um abuso, criticou ontem o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Ele disse ainda que, em audiência recente com o presidente da República, fez apelo pela regulamentação do setor e apresentou minuta de projeto sobre o assunto. Na ocasião, relatou, o presidente encaminhou imediatamente a proposta ao ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Roberto Cavalcanti sublinhou que os editoriais de economia dos principais jornais do país comentaram, na semana passada, o aumento da inadimplência, especialmente nas classes C e D, mais suscetíveis às armadilhas presentes nas faturas dos cartões, que às induzem ao parcelamento.

– É inadmissível que o consumidor de baixa renda que se utiliza do cartão para adiar por uns dias os seus débitos tenha que pagar em uma economia dita estável, com inflação perto de zero, 15,99% ao mês. Isso permite um lucro líquido às operadoras de R\$ 23,6 bilhões de reais – criticou, classificando a prática como usura.

Abuso

No caso de uma fatura específica mencionada pelo senador, o juro anual é de R\$ 540,69%. Em outro caso, o senador citou o nome de operadora que atende às classes C e D no Nordeste – a bandeira Hipercard. Em letra minúscula aparece anúncio de



Com lupa de Roberto Cavalcanti (D), Mão Santa constata que faturas são ilegíveis

cobrança, a partir do mês de agosto, de tarifa de 1,99% para pagamento à vista de contas acima de R\$ 600, relatou.

Cavalcanti demonstrou a grande dificuldade de leitura das informações, avaliando que essa prática é criminosa e contrária ao Código de Defesa do Consumidor. Com uma lupa de grande dimensão, ele mostrou ao senador Mão Santa (PSC-PI), que presidia a sessão, como o tamanho das letras era inadequado à leitura.

As operadoras de cartões de crédito atuam livremente no país, ao contrário do que ocorre no exterior, onde elas são regulamentadas, comparou. Embora o Brasil ocupe fatia pequena do mercado global de cartões, disse, contribui muito para o lucro dos bancos estrangeiros.

As atividades das operadoras de cartão de crédito, à semelhança de imobiliárias, companhias de crédito e bancos, devem ser controladas pelo Banco Central, defendeu o parlamentar.

Senador alerta para "apagão logístico"

O senador Roberto Cavalcanti alertou para a possibilidade de o Brasil enfrentar um "verdadeiro apagão logístico" se o governo não investir pesadamente para melhorar a infraestrutura do país, especialmente nos portos. Assinalou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê investimentos de R\$ 10 bilhões nos portos, mas estudo do próprio governo conclui que serão necessários pelo menos R\$ 42 bilhões caso o Brasil cresça anualmente entre 4% e 5% nos próximos anos.

Roberto Cavalcanti também saudou o senador Marco Maciel (DEM-PE) que vai completar 70 anos no próximo dia 21.

Dornelles critica criação de seguradora estatal

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou em Plenário ontem a intenção do governo federal, divulgada pela imprensa, de criar uma empresa estatal no ramo de seguros. A companhia, que poderá ser instituída por meio de projeto de lei, deverá ser denominada Empresa Brasileira de Seguros S.A. (EBS).

– Seria uma agressão, um absurdo, um desrespeito ao Congresso Nacional criar uma empresa de seguros por meio de medida provisória. Hoje, já tivemos maior tranquilidade, porque o governo anunciou que pretende criar, sim, uma empresa estatal de seguros, mas por meio de lei – afirmou o senador.

Na avaliação de Dornelles, não há nenhuma razão para que o Executivo crie uma empresa estatal para operar no setor, uma vez que as seguradoras privadas que atuam no país, são, de acordo com ele, "altamente qualificadas". Ele também lembrou a quebra, no próprio governo Lula, do monopólio estatal na área de resseguros.



Dornelles elogiou decisão do governo de não encaminhar medida provisória

ACM Júnior vê "furor estatizante" do governo

"Não é justo que este governo recrudescer seu furor estatizante justamente a poucos meses de se encerrar", opinou o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ao comentar a decisão anunciada pelo governo federal de criar uma estatal para atuar no ramo de seguros. Ele lembrou que o governo Lula criou 12 estatais nos últimos sete anos e meio e que o próprio Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) confirma que a participação de estatais na economia brasileira não parou de crescer nos últimos anos.

Na avaliação do senador, sob o ponto de vista estritamente econômico, a estatização limita a competitividade, inibe a produtividade e atrapalha a inovação.

– Os exemplos de aparelhamento político no governo Lula se sucedem e estão aí, à vista de todos, para corroborar as teses daqueles que criticam a estatização desenfreada. Os Correios, de empresa exemplar, têm se transformado em exemplo de ineficiência – afirmou o senador.



Para ACM Júnior, estatização diminui competitividade da economia brasileira

Diagnóstico precoce, principal arma contra o câncer infantil

Comissão de Assuntos Sociais debateu com especialistas formas de enfrentar a doença, que atinge anualmente 10 mil brasileiros de até 19 anos. Índice de cura é de 85%

DIAGNÓSTICO PRECOCE, ENCAMINHAMENTO adequado e tratamento de qualidade. Essas são as principais estratégias para se obter sucesso no tratamento do câncer infanto-juvenil apontadas pelos participantes de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizada ontem. Primeira causa de morte por doença na faixa de 5 a 19 anos, o câncer pode ser curado em até 85% dos casos. Há 30 anos, quando a oncologia pediátrica não era sequer estudada, essa chance era de apenas 15%, conforme dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Rilder Paiva, presidente da Casa Durval Paiva, instituição de apoio à criança com câncer em Natal, explicou que foi exatamente a sintonia de ações entre as diversas instituições que tornou o tratamento da doença, no segmento infanto-juvenil, um dos maiores exemplos de sucesso nas últimas décadas. O foco do trabalho dessas instituições, segundo Paiva, não é somente curar a doença, mas evitar que a criança fique com sequelas. Em 1994, ao descobrir que seu filho de um ano e meio tinha câncer, Paiva buscou no exterior a cura para ele. Mas a criança perdeu a visão, o que poderia ter sido evitado com um simples exame de fundo do olho.

Para evitar problemas como o enfrentado pelo filho de Paiva, a cidade de Campinas (SP) desenvolve um trabalho pioneiro na área. Ao fazer a carteira de vacinação, os bebês são submetidos a exame de fundo de olho e de massa abdominal. Projeto idêntico está sendo desenvolvido, com bons resultados, também na China, nos Estados Unidos e

no Canadá.

Capacitação

O superintendente do Instituto Ronald McDonald, Francisco Neves, reforçou o alerta do presidente da instituição potiguar: a detecção rápida da doença pode significar também cura rápida e garantida. Ele citou o caso do retinoblastoma, tumor intraocular maligno, detectável por um sinal, a mancha branca no fundo do olho, cuja chance de cura cai de 98% para 15% se não for detectado a tempo.

Em parceria com o Inca, o Instituto Ronald McDonald trabalha em projetos de capacitação de profissionais do programa Saúde da Família, do Ministério da Saúde. Médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde são capacitados para que possam avaliar, na população, potenciais casos de câncer infanto-juvenil, encaminhando as possíveis vítimas a hospitais de referência na região.

Prioridade

De 375 mil casos de câncer registrados na população anualmente, cerca de 10 mil atingem a faixa de até 19 anos. Apesar de representar 2,67% dos casos, o tratamento e o diagnóstico do câncer infanto-juvenil, na avaliação do vice-presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (Sobope), Cláudio Galvão de Castro Junior, devem ser elevados à condição de prioridade em saúde pública.

– Considerando a expectativa de vida da população brasileira, de 73 anos, o câncer infanto-juvenil rouba muitos anos de vida de uma pessoa – justificou Galvão.

Tratamento centralizado é um dos problemas

Como apontaram os especialistas, um dos problemas no enfrentamento do câncer infanto-juvenil é que, ao contrário do modelo usado no Sistema Único de Saúde (SUS), o tratamento é centralizado e realizado por equipes multidisciplinares. O diretor-geral do Inca, Luiz Santini, explicou que não é possível fazer o tratamento de forma descentralizada pela falta de especialistas, de equipamentos e até mesmo de qualidade no tratamento que é

disponibilizado.

No Brasil, segundo informou Santini, há 68 instituições habilitadas ao tratamento do câncer infanto-juvenil. Na região Norte, somente as cidades de Manaus e Belém sediam essas instituições. Outro problema ressaltado pelo diretor-geral do Inca é o deslocamento dos familiares que acompanham os doentes e a acomodação deles, por tempo prolongado, nos centros de referência no tratamento do câncer infanto-juvenil.



Galvão (E), vice-presidente da Sobope, e Santini, diretor-geral do Inca: câncer infanto-juvenil representa 2,67% dos casos



Rilder Paiva defende, com base na experiência que teve com o filho, que exame de fundo do olho se torne corriqueiro



Senador Augusto Botelho e Francisco Neves, superintendente do Instituto Ronald McDonald, na audiência da CAS

Audiência vai discutir risco de colapso do Inca

O Instituto Nacional de Câncer (Inca), considerado um centro de excelência no tratamento da doença, corre sério risco de entrar em colapso até o fim do ano. A advertência foi feita na audiência pública da CAS que debateu o diagnóstico precoce do câncer infanto-juvenil.

É que o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou ilegal um contrato pelo qual a Fundação do Câncer, entidade privada sem fins lucrativos, fornece mão de obra especializada para o Inca desde 1991. O hospital, localizado no Rio de Janeiro, tem prazo até 30 de dezembro de 2010 para demitir 1.300

trabalhadores terceirizados e fazer concurso para admissão de novos funcionários.

O mais grave, segundo o diretor-geral do Inca, Luiz Santini, é que o acórdão do TCU determinou que, para cada dois demitidos, o hospital só poderá admitir um, por concurso.

Com os cortes e o tempo demorado para o treinamento dos novos concursados, Santini explicou que o Inca terá de paralisar várias unidades que hoje são tocadas por funcionários terceirizados, entre elas a de transplante de medula óssea.

Uma das saídas poderia ser a transformação do Inca em uma

associação, semelhante à que viabilizou a autonomia financeira e administrativa da rede hospitalar Sarah Kubitschek. Mas o processo com essa finalidade está parado no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Augusto Botelho (PT-RR) advertiu que há risco de uma crise sem precedentes no sistema de atenção ao câncer e anunciou que vai requerer uma audiência pública com a presença dos ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Saúde, José Gomes Temporão. O senador pretende convidar Luiz Santini e o presidente do TCU, Ubiratan Aguiar.